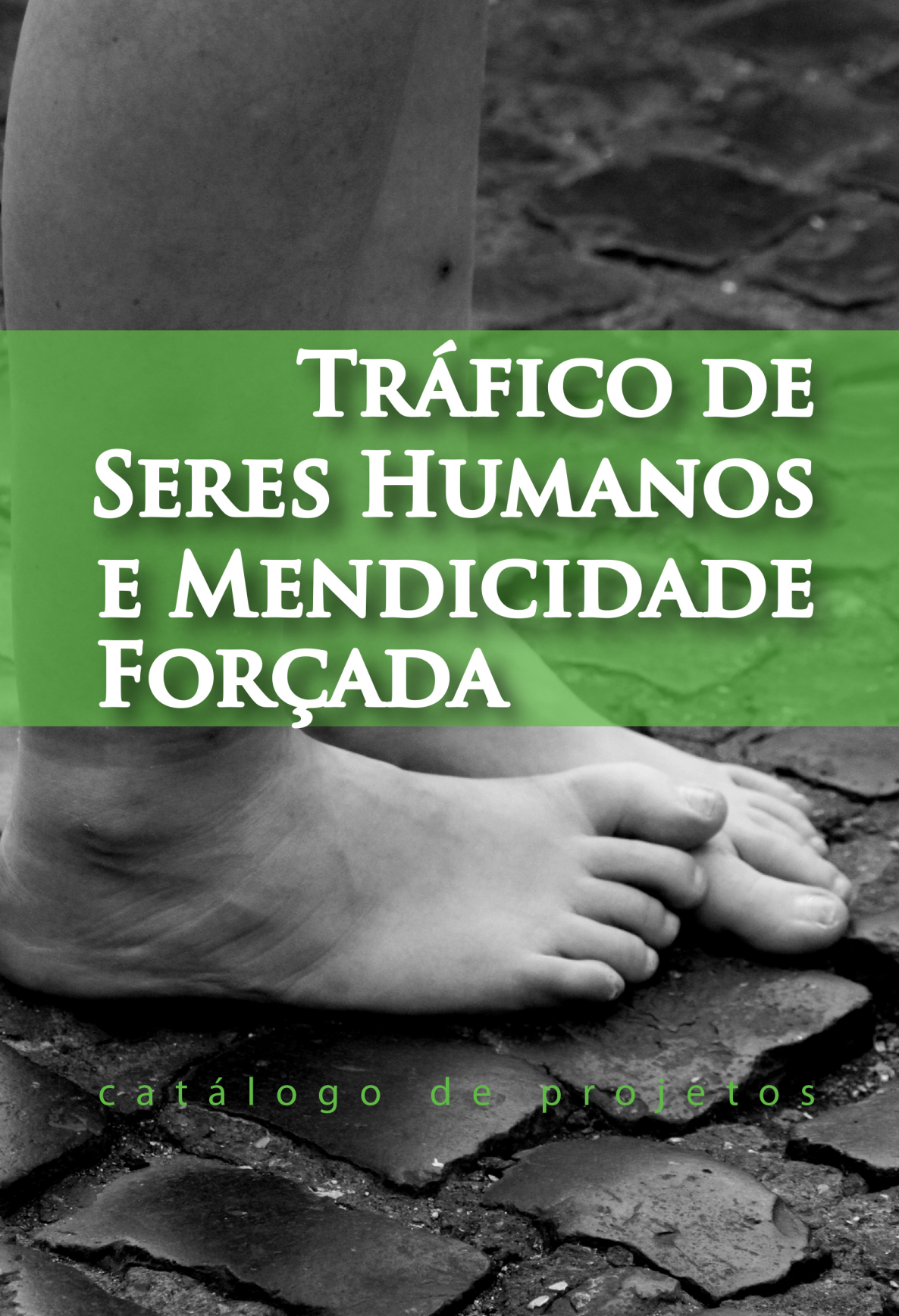

Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada

catálogo de projetos

Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada

Catálogo de Projetos

FICHA TÉCNICA

Título_ Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada:
Catálogo de Projetos

Autor _ EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza

Colaboração_ Associação para o Planeamento da Família; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; CPCJ Porto Oriental; Instituto de Apoio a Criança; Observatório do Tráfico de Seres Humanos; Polícia de Segurança Pública; Polícia Judiciária; Saúde em Português; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Edição_ EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, nº 2368 - 4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 | Fax: 225 403 250

Design gráfico_©makeupdesign - augusto pires

Foto da Capa_ ©Sérgio Aires

Edição_ Julho de 2015

Nota: Este documento não reflete as opiniões da Comissão Europeia.
Quaisquer interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores.

ÍNDICE

5 _ Introdução
7 _ Apresentação dos parceiros
15 _ Catálogo de Projetos
17 _ Fichas Informativas dos Projetos

INTRODUÇÃO

O Coordinamento Nazionale Comunitá Accogli (Itália) tem vindo a promover, em parceria com a EAPN Portugal, a EAPN Bulgária, a ARAS Associata Romana Anti-SIDA (Roménia), a Fundacja Dzieci Niczyje (Polónia) (Nobody's Children Foundation) e Associazione TAMPEP (Itália), o projeto The Third Sector Against Pushed Begging (HOME/2012/ISEC/AG/THB/4000003901). Este é um projeto financiado pelo Internal Security Fund, da Comissão Europeia e tem como objetivo prevenir e combater o tráfico de seres humanos (TSH), no que diz respeito à exploração de indivíduos para mendicidade, com especial enfoque nos estrangeiros como potenciais vítimas vulneráveis a esta situação.

A primeira etapa deste projeto centrou-se no desenvolvimento de estudos de caso nos cinco países de intervenção do projeto – Bulgária (Sófia), Itália (Perugia, Pisa e Florença) Polónia (Varsóvia e Wrocław), Portugal (Porto) e Roménia (Bucareste). Os resultados e recomendações destes estudos moldaram a segunda etapa do projeto, levando a que cada parceiro desenvolvesse atividades com um ou vários dos seguintes objetivos: colocar na agenda política do TSH o tema do combate à pobreza e à exclusão social; promover o trabalho em rede e em parceria na área do combate ao TSH para exploração da mendicidade forçada; sensibilizar novos atores sociais para a temática do TSH para exploração da mendicidade forçada; e promover a construção de novos projetos de intervenção que possam dar resposta às necessidades identificadas nos estudos.

Em Portugal, considerou-se pertinente a criação de um grupo de trabalho com os principais stakeholders com intervenção na área do TSH, da mendicidade ou da mendicidade infantil. Este catálogo de projetos é um dos resultados do trabalho desenvolvido por este grupo. O grupo de trabalho é constituído pelas seguintes entidades: Associação para o Planeamento da Família; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Oriental; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; EAPN Portugal; Instituo de Apoio a Criança; Observatório do Tráfico de Seres Humanos; Polícia Judiciária; Saúde em Português; e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

APRESENTAÇÃO DOS PARCEIROS

EAPN Portugal

A EAPN (European Anti Poverty Network) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1990, em Bruxelas. A organização está representada em 30 países através de redes nacionais. A EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza foi constituída em território nacional em 1991. É reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995, o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A ação da EAPN Portugal, sediada no Porto, estende-se a todo o país através de 18 Núcleos Distritais.

A EAPN Portugal tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva. A sua finalidade é:

1. Estabelecer uma interligação (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na luta contra a pobreza e a exclusão social;

2. Promover e aumentar a eficácia das ações de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo com que tenham expressão ações inovadoras nesse campo, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua participação no desenvolvimento daquelas ações;

3. Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza, por um lado, e junto de grupos ou pessoas, profissionais, trabalhadores sociais e dirigentes de Instituições Particulares de Solidariedade social por outro, a integração social e a organização de serviços e outras atividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza, com a

participação destes, em ordem a reforçar o agir autónomo dessas pessoas, sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem-abrigo ou outras;

4. Contribuir, mobilizando, se possível outros sectores, para o desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de proteção social alternativas e de melhoria de qualidade de vida de tais pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de ação social, apoio direto, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à integração social e inserção socioprofissional;

5. Intervir por meio de projetos e ações nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos.

Em 2010 foi-lhe atribuído, pela Assembleia da República, o Prémio Direitos Humanos. A decisão, unânime, foi tomada por um júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Contactos:
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, Associação
Rua de Costa Cabral, nº 2368
4200-218 Porto
Telefone: 225 420 800
Fax: 225 403 250
E-mail: geral@eapn.pt

Associação para o Planeamento da Família

A APF - Associação para o Planeamento da Família é uma IPSS fundada em 1967 com a missão de “ajudar as pessoas a fazerem escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva”, a qual tem a sua sede em Lisboa e 6 delegações regionais.

No âmbito da promoção dos direitos humanos e da igualdade, promove um vasto leque de atividades e trabalha com diferentes tipos de população em exclusão. No que diz respeito à intervenção no fenómeno do Tráfico de Seres Humanos (TSH), a APF Norte constituiu-se parceira do Projecto CAIM (2004-2009), projeto piloto em Portugal sobre tráfico de mulheres para exploração sexual, o qual impulsionou o atual modelo de

referenciação nacional, a legislação em vigor e as medidas de política, e gere, desde 2008 e no âmbito de um acordo de cooperação com vários Ministérios, o primeiro CAP - Centro de Acolhimento e Proteção para mulheres vítimas de tráfico e seus filhos menores.

Desde 2012, a APF é responsável pela intervenção de 4 Equipas Multidisciplinares Regionais Especializadas para a assistência a vítimas de TSH (Norte, Centro, Lisboa e Alentejo), as quais apresentam uma atuação de proximidade e apoio nos processos de sinalização/identificação e integração de presumíveis vítimas de TSH e desenvolvem ainda atividade de informação e sensibilização junto de diferentes grupos de profissionais e da comunidade em geral. Foi no âmbito da intervenção destas Equipas que foram constituídas as 4 Redes Regionais de apoio e proteção a vítimas de TSH em Portugal.

Contactos:
EME Norte: 91 865 41 01;
EME Centro: 91 865 41 04;
EME Lisboa: 91 385 85 56;
EME Alentejo: 91 865 41 06

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Oriental

A CPCJ Porto Oriental é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ Porto Oriental intervém, tendo como missão a promoção e proteção dos direitos das crianças, prevenindo, minimizando e/ ou colocando termo a situações de perigo em que a criança e jovem (0- 21 anos) se encontrem.

A CPCJ Porto Oriental, exerce a sua competência territorial nas freguesias de Campanhã e Bonfim, desde fevereiro de 2004.

Contactos:
Rua dos Manjericos n.º 45 edf K
4000-008 Porto
Telefone: 225191620/9367841551
Email: cpcjoriental@cm-porto.pt / joanatrigo@cm-porto.pt

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é o organismo nacional responsável pela promoção e defesa da igualdade entre mulheres e homens.

A CIG está integrada na Presidência do Conselho de Ministros, sendo tutelada, pela Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.
Tem como missão garantir a execução das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, cabendo-lhe a coordenação dos respetivos instrumentos – os Planos Nacionais.

A CIG é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa, com sede em Lisboa, dispondo de um serviço desconcentrado no Porto.

Sede:
Av. da República, 32, 1º, 1050-193 Lisboa | Portugal
Tel.: (+351) 217 983 000
Fax: (+351) 217 983 098
E-mail : cig@cig.gov.pt

Delegação do Norte:
R. Ferreira Borges, 69, 3º F, 4050-253 Porto | Portugal
Tel.: (+351) 222 074 370
Fax: (+351) 222 074 398
E-mail: cignorte@cig.gov.pt

Instituto de Apoio a Criança

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), Instituição Particular de Solidariedade Social, criado em 1983, é hoje uma importante realidade apoiando a Criança e a Família em Portugal, e que tem como objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção dos seus direitos. De salientar que só em 1989 foi aprovada a Convenção dos Direitos da Criança, pelas Nações Unidas.

Pretende estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal, assim como colaborar com instituições congéneres nacionais e estrangeiras.

Para a prossecução dos seus objetivos, o IAC realiza ações de informação e sensibilização e, tem ainda, uma forte intervenção direta em domínios não cobertos nem pelo Estado, nem por outras entidades, nomeadamente os seguintes sectores: Projecto Rua/Em Família para Crescer; S.O.S. – Criança; Atividade Lúdica; Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; Apoio Jurídico e um Centro de Estudos e Documentação para a Infância.

Neste sentido, o Projecto Rua, iniciado em 1989, visa contribuir para a diminuição das crianças/jovens em risco e/ou em perigo, transmitindo valores e quadros de referência e apoiando a construção dos seus projetos de vida.

O Projecto Rua desenvolve a sua intervenção na ótica da recuperação/prevenção, junto de crianças e jovens que são vítimas das "piores formas de exploração do trabalho infantil", crianças desaparecidas, com especial incidência nas que se encontram em fuga da família ou da instituição, e de potenciais vítimas de TSH, nomeadamente em situações de mendicidade forçada e envolvimento em atividades criminosas. Intervém também em situações de emergência na cidade de Lisboa durante os períodos diurno e/ou noturno.

Com ênfase na educação/formação e utilizando o lúdico como auxiliar pedagógico, o Projecto desenvolve ainda ações no âmbito da promoção do reconhecimento dos Direitos das Crianças/Jovens, visando refletir sobre o fenómeno da pobreza infantil (sua dimensão, causas e consequências), realçando o impacto para as suas vidas e simultaneamente procurando dar voz às perceções, experiências e recomendações dos mesmos, reforçando a importância do Direito à Participação.

No âmbito do trabalho que tem vindo a desenvolver, o IAC – Projecto Rua tem estado envolvido em projetos e ações na área da prevenção do TSH junto de crianças e jovens em risco e de interventores sociais. É membro da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e participou na elaboração conjunta da brochura "Mendicidade Forçada – A Face Invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral".

Contactos:
Sede: Largo da Memória, 14, 1349-045 Lisboa
Tel.: 213 617 880 | Fax: 213 617 889
E-Mail: iac-sede@iacrianca.pt

Projecto Rua: Rua António Patrício, 20, 2ºEsq., 1700-049 Lisboa
Tel.: 217 818 590 | Fax: 217 818 599
E-Mail: iac-prua@iacrianca.pt

Observatório do Tráfico de Seres Humanos

O Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) é o corolário de um percurso iniciado no âmbito do Projeto CAIM — Cooperação. Acção. Investigação. Mundivisão, financiado pela iniciativa comunitária EQUAL (PIC EQUAL), e plasmado, pela primeira vez, ao nível da estratégia nacional no I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007 -2010).

Formalmente criado em novembro de 2008 (via Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de novembro), o OTSH depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna e exerce a sua missão e atribuições em articulação com o Coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos.

O OTSH tem por missão a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento respeitante ao fenómeno do tráfico de pessoas e a outras formas de violência de género.

São atribuições do OTSH: a) produzir e recolher informação respeitante ao fenómeno ao tráfico de pessoas e a outras formas de violência de género; b) promover o desenvolvimento de aplicações informáticas que sirvam de suporte da recolha e do tratamento da informação; e c) apoiar a decisão política nas suas áreas de intervenção, quando solicitado.

Para tal, conta atualmente como uma rede de mais de trinta entidades parceiras, sendo ainda membro da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT) e representante, em conjunto com o Relator Nacional, no Grupo Informal de Relatores Nacionais e Mecanismos Equivalentes/Tráfico de Seres Humanos da Comissão Europeia.

Contactos:
Praça do Comércio - Ala Oriental
1100-016 Lisboa
Telefone: 21 394 71 61
Email: otsh@otsh.mai.gov.pt

Polícia Judiciária

"A Polícia Judiciária (PJ) é um corpo superior de polícia criminal, hierarquicamente dependente do Ministério da Justiça, coadjuvando a função jurisdicional na promoção e desenvolvimento de ações de prevenção, deteção e investigação criminal relativamente a crimes que, pela sua natureza, estrutura e complexidade, exigem especiais conhecimentos e meios técnico-científicos, resultantes quer da sua especialização e saber experiencial, quer da sua contínua atualização de dados informativos e equipamentos tecnológicos.

Tendo sido, até há cerca de uma década e meia, a única polícia de investigação criminal de Portugal, foi posteriormente orientada para o combate à criminalidade especialmente violenta e altamente organizada, conceito no qual se inclui, entre outros crimes, o tráfico de seres humanos, o tráfico de estupefacientes, o tráfico de armas, o terrorismo, a corrupção e a criminalidade económica e financeira.

É também a PJ que, a nível nacional, assegura os canais de cooperação internacional policial e judiciária, estando integrados na sua estrutura os respetivos gabinetes (Interpol e Europol).

Constituindo-se o tráfico de seres humanos como um crime de natureza organizada, com ramificações internacionais, de mobilização de especiais meios de obtenção de prova e, pelas suas características, habitualmente relacionado com outra criminalidade grave, integra-se pois a sua investigação nas competências atribuídas à PJ (art.º 7.º, n.º 4, al. c) da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto).

No cumprimento da sua missão, tem a PJ intensificado o combate a este fenómeno criminal, seja o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, seja para exploração laboral, da mendicidade e escravidão. A consolidação da sua larga experiência no terreno, conjugada com a recolha, análise e tratamento de informação, tem permitido identificar os autores pelo seu modus operandi, área de atuação e cúmplices, culminando na desarticulação de redes e estruturas organizadas dedicadas ao tráfico de seres humanos, com consequentes condenações por este crime e outros conexos.

A PJ tem igualmente organizado e participado em ações de formação e outros eventos, em território nacional e no estrangeiro, no âmbito desta temática, dirigidos aos principais atores no combate a este fenómeno criminal, apoiando vários projectos e integrando ainda equipas multidisciplinares de protecção às vítimas de tráfico de seres humanos".

Contactos:
Sede:
Rua Gomes Freire 1169-007 Lisboa
Telefone: 211 967 000
Fax: 213 150 808
E-Mail: direccao.lpc@pj.pt

Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) do Comando Metropolitano da PSP do Porto

Em 2006 a Polícia de Segurança Pública implementou um Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) materializado no terreno através de dois tipos de equipas policiais: Equipas do Programa Escola Segura (EPES), vocacionadas para o policiamento junto das Escolas, e Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV), vocacionadas em permanência para trabalhar territórios e grupos de vitimação sensíveis e previamente identificados.

Desde a sua criação, este modelo de policiamento prossegue objetivos estratégicos e operacionais devidamente definidos e trabalhados com os elementos policiais de proximidade em momentos de formação específicos.

Um desses objetivos definidos é o trabalho em rede interinstitucional e o desenvolvimento de parcerias que contribuam para a eficácia e eficiência deste modelo de policiamento, maximizando os seus efeitos e contribuindo para a qualidade de vida das comunidades e das pessoas.
Um policiamento que contribua para a qualidade de vida das populações implica que essas mesmas populações sejam auscultadas através do desenvolvimento de diagnósticos locais de segurança, seguindo os ditames e as técnicas do método científico.

Fruto de uma boa articulação entre as Autarquias, Instituições de Ensino superior, Centros de Investigação académicos e muitas outras Instituições, tem sido possível desenvolver estes diagnósticos locais de segurança (e avaliações subsequentes – *follow-up*) que, juntamente com outros indicadores operacionais, contribuirão para delinear os objetivos operacionais do policiamento a desenvolver pelas Agentes de Proximidade.

Com este Modelo de Policiamento e o recurso à realização de diagnósticos locais de segurança, a Polícia de Segurança Pública, e o seu policiamento de proximidade, têm mais instrumentos, maior e melhor capacidade de intervenção, e, acima de tudo, conhece melhor os seus públicos-alvo, o mesmo é dizer que conhece os grupos de

vitimação mais sensíveis e frágeis – como são há muito identificados, os idosos, as crianças e jovens, os comerciantes, as vítimas de tráfico de Seres Humanos e de violência doméstica, entre outros – devendo ser chamadas outras instituições que, com propriedade e êxito, possam intervir com a Polícia, ou após a intervenção policial, para resolver e atenuar problemas e focos de insegurança.

Contactos:
Comando Metropolitano do Porto
Largo 1º de Dezembro, s/n
4000-404 PORTO
Telefone: 222092000 - 965956300
Fax: 222039130

Saúde em Português

Saúde em Português é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento e uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede internacional em Coimbra. Fundada em 1993, já abrangeu beneficiários/as na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em territórios de conflito, guerra e catástrofe, tais como: Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Etiópia, Guiné-Bissau, Goa /Índia, Macau/Cantão/China, Moçambique, Portugal, Tailândia, Timor, São Tomé e Príncipe, Sri Lanka, Haiti, Filipinas e Tunísia.

Saúde em Português conduz a sua ação para promover a saúde a integração social e comunitária com vista ao desenvolvimento integral da pessoa humana, respeitando e assegurando os seus direitos e liberdades fundamentais. Para realização desta missão desenvolve projetos de Cooperação para o Desenvolvimento, de Ajuda Humanitária e de Emergência, Projetos de Sensibilização, Intervenção e Integração Social e Comunitária em benefício das populações mais vulneráveis, estratégicas e em risco.

A intervenção de Saúde em Português tem sido marcada, nos últimos anos, por um trabalho na área do Tráfico de Seres Humanos, nomeadamente na sensibilização da população em geral e de públicos mais estratégicos, bem como o acolhimento e proteção de vítimas deste crime, através do Centro de Acolhimento e Protecção para Vítimas de Tráfico de Seres Humanos do Sexo Masculino.

Contactos:
Av. Elísio de Moura nº 417, 1º. E
3030-183 Coimbra
Portugal
Telefone: 239 702 723 / 960 092 989
Email: info@saudeportugues.org

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é um serviço de segurança integrado no Ministério da Administração Interna (MAI) que, no quadro da política de segurança interna, tem por missão assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e proceder à instrução dos processos de pedido de asilo, na salvaguarda da segurança interna e dos direitos e liberdades individuais no contexto global da realidade migratória.

Compete ao SEF promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com estas atividades e com os movimentos migratórios e, a nível internacional, assegurar, por determinação do Governo, a representação do Estado Português nos grupos de trabalho da União Europeia, bem como em organizações ou eventos internacionais relativos à sua área de atuação.

A experiência acumulada concederam ao SEF um profundo conhecimento dos fenómenos migratórios e da verdadeira dimensão da problemática do tráfico de seres humanos. Enquanto órgão de polícia criminal com um forte historial na investigação do crime de tráfico de pessoas, o SEF é hoje conhecedor da sua caracterização e também das especificidades e dificuldades da sua investigação.

Face a estes obstáculos, o SEF tem vindo a realizar um trabalho constante de aprendizagem e adaptação a esta realidade tão dinâmica, assentando a sua estratégia nos pilares da Prevenção, sobretudo voltada para a formação e a sensibilização, da proteção, assegurando o acompanhamento e assistência adequados às vítimas, da Investigação Criminal, procurando uma constante adequação e atualização das técnicas investigatórias e, finalmente, da cooperação, desenvolvendo um trabalho de criação de parcerias e sinergias com várias instituições nacionais e internacionais, de cariz governamental, ou não, mas que têm em comum uma vasta experiência e atuação nesta área.

A concretização destas medidas assume várias dimensões, mas ao nível interno encontra o seu principal suporte na Lei n.º 29/12, de 9 de agosto (Lei de Estrangeiros), no Decreto-Lei n.º 368/2007, de 05 de novembro (Regime Especial de Concessão de Autorização de Residência a Vítimas de Tráfico de Pessoas), no Código Penal e Processual Português, na Lei n.º 60/2013, de 23 de Agosto, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 2011/36/EU, relativa à prevenção e luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à proteção das vítimas e, mais recentemente, no III Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que prevê uma série de medidas neste âmbito, cuja responsabilidade recai sobre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Contactos:
SEDE
Avenida do Casal de Cabanas
Urbanização Cabanas Golf Nº 1
2734-506 Barcarena
OEIRAS
Telefone: 214 236 200 / 965 903 600
Fax: 214 236 640

DIRECÇÃO REGIONAL DO NORTE
Rua Barão Forrester, n.º978
4050-272 PORTO
Telefone: 228 330 200
Fax: 228 330 299
E-Mail: dir.norte@sef.pt

O CATÁLOGO DE PROJETOS

O estudo *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: Relatório nacional*, desenvolvido na primeira etapa do projeto *The Third Sector Against Pushed Begging*, procurou aprofundar o conhecimento sobre os fenómenos da mendicidade, da mendicidade forçada e do tráfico de seres humanos através de um estudo de caso centrado na cidade do Porto. Através das suas conclusões, identificaram-se um conjunto de recomendações que apresentamos aqui de forma resumida:

- Necessidade de uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social;
- Dentro de uma Estratégia global de combate à pobreza são necessárias políticas orientadas para a pobreza e exclusão social extrema;
- Deve haver uma adaptação da prática de intervenção social às características dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente: necessidade de equipas de rua com trabalho de proximidade e com utilização da figura de mediadores; necessidade de responder a necessidades específicas destes grupos;
- É importante desconstruir preconceitos e promover a compreensão das verdadeiras causas da mendicidade;
- Deve-se ter cuidado com uma abordagem do combate ao TSH para exploração da mendicidade via campanhas de sensibilização contra a "esmola";
- É necessário a desocultação do fenómeno do TSH para a exploração da mendicidade, criando conhecimento científico, sensibilizando, informando e formando novos atores;
- Falta uma melhor adaptação dos recursos e das respostas do TSH a realidade do tráfico de menores e do tráfico para a mendicidade;

- Deve-se incluir novos atores no trabalho em rede que é feito nesta área;
- É necessário o desenvolvimento de estudos de âmbito nacional e transnacional que ajudem a moldar as políticas e as intervenções;
- Importa aproveitar a programação financeira da UE (2014-2020) e alocação de 20% do FSE ao combate à pobreza.

Com a constituição do grupo de trabalho, aprofundou-se a discussão sobre as necessidades de intervenção em Portugal nesta área e, como resultado, construiu-se este produto. Com o catálogo de projetos procura-se dar a conhecer algumas ideias de projetos que consideramos necessárias para reforçar o combate ao TSH para a mendicidade forçada e a integração das suas vítimas. Com o início da nova programação financeira da UE, será importante garantir que a utilização destes fundos promova um melhor conhecimento sobre este fenómeno, aumente a sua visibilidade, melhore a capacidade de sinalização e de investigação dos novos casos e apoie nos processos de prevenção e de integração das suas vítimas. Este produto poderá apoiar as organizações na conceção de projetos de intervenção nesta área e na identificação de potenciais parceiros.

Assim, para apoiar na estruturação destes projetos, procurou-se estruturar cada ideia de projeto em seis áreas: caracterização das necessidades; objetivo do projeto; atividades-tipo; duração do projeto; parceria de desenvolvimento do projeto; outras observações. Optou-se por uma estrutura simples e de leitura rápida, permitindo que o projeto seja apreendido facilmente e que possa ser aprofundado e adaptado por cada potencial promotor.

Consideramos importante que novas organizações tenham um olhar atento ao fenómeno do TSH e ao fenómeno da mendicidade forçada e que a prevenção e o combate a estes fenómenos sejam incorporados na intervenção de outras organizações de luta contra a pobreza e exclusão social.

FICHA INFORMATIVA DOS PROJETOS

INTEGRAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO DE MENDICIDADE

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

- Fraco conhecimento dos estrangeiros em situação de mendicidade sobre as instituições portuguesas e contacto limitado com estas organizações, fomentando um maior isolamento social desta população e uma maior vulnerabilidade às situações de TSH. Segundo as entrevistas desenvolvidas no estudo Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: Relatório nacional, a quase totalidade dos estrangeiros entrevistados afirmam que não tinham contacto com serviços públicos ou privados, nomeadamente com centro de emprego, serviços públicos de saúde, segurança social, juntas de freguesia e IPSSs. Os contactos existentes parecem ocorrer sobretudo com os serviços de saúde, em especial os hospitais, e com as forças de segurança pública;
- Parece existir um fraco conhecimento das instituições nacionais sobre as necessidades dos cidadãos estrangeiros em situação de mendicidade, nomeadamente os serviços públicos e privados de ação social. Se os nacionais em situação de mendicidade parecem ter um bom conhecimento das instituições que os podem apoiar, sendo muitas vezes acompanhados a nível social por uma instituição, o mesmo não parece ser verdade relativamente a população estrangeira que foi entrevistada no referido estudo, nomeadamente uma população estrangeira com características nómadas. Segundo relatado por alguns entrevistados, estes cidadãos não procuram apoio destas instituições e não parece existir uma aproximação destas instituições face a esta população;
- Dificuldade em identificar indícios do TSH para a mendicidade forçada. Em algumas entrevistas com stakeholders, foi referida a dificuldade na recolha dos indícios de TSH, tendo sido referida a complexidade do processo, quer por situações de consanguinidade, pela mobilidade destes grupos e por barreiras culturais. Por outro lado, a vinculação cultural e emocional das vítimas (menores de idade) com os seus exploradores também leva a uma menor cooperação destas potenciais vítimas;
- Existência de barreiras linguísticas que dificultam a comunicação dos profissionais da área social com estrangeiros em situação de mendicidade e com presumíveis vítimas de TSH;

- Reduzido grau de integração das comunidades de etnia cigana de Leste em Portugal que se encontram em situação de mendicidade. Alguns indicadores desta falta de integração identificados no estudo referido anteriormente são: insuficiente domínio da língua; pouco conhecimento e contacto com os principais serviços públicos e sociais, nomeadamente na área social, saúde e emprego; alguns entrevistados referem que são vítimas de discriminação e/ou preconceito por parte da restante sociedade; situação de pobreza e exclusão social em que se encontram;
- Conhecimento insuficiente da língua portuguesa por parte das comunidades de Leste em situação de mendicidade. Vários entrevistados identificaram a aprendizagem da língua portuguesa (Português-Romeno) como uma necessidade;
- Inexistência de estudos sobre as comunidades ciganas de Leste em Portugal que permita dar a conhecer não só os aspetos culturais desses grupos, mas também a sua integração em território nacional e suas necessidades. Parece existir igualmente um conhecimento insuficiente sobre estas comunidades por parte dos técnicos de intervenção social, nomeadamente da sua cultura, necessidades específicas, etc;
- Afastamento das associações representativas das comunidades ciganas em Portugal face as comunidades ciganas de Leste. Existem algumas associações representativas das comunidades ciganas em Portugal, mas estas carecem muitas vezes de um efetivo reconhecimento nacional da sua legitimidade representativa. Por outro lado, as suas agendas estão centradas nas comunidades ciganas nacionais, não trabalhando com comunidades estrangeiras. Verificam-se igualmente diferenças linguísticas e culturais que dificultam a aproximação destas comunidades;
- Número insuficiente de intervenções sociais orientadas e adaptadas às necessidades das comunidades de Lestes em situação de mendicidade. Os apoios sociais que os entrevistados em situação de mendicidade, nomeadamente os nacionais, afirmam receber estão associados ao Rendimento Social de Inserção (RSI), ao apoio alimentar, ao alojamento (habitação social ou apoio para pagamento do quarto) ou a situações de saúde (ex: toxicodependência). No entanto, os estrangeiros em situação de mendicidade afirmam que não têm acesso ao RSI (como tal, não são acompanhados pelas equipas sociais desta medida), nem a habitação social, muitas vezes não se deslocam à noite às carrinhas de alimentação e a sua situação de mendicidade não está associada à toxicodependência. Por outro lado, se essa população não conhece e não se desloca às instituições com apoio social e alimentar, acabam por não ter acesso a outros tipos de apoio social que essas organizações oferecem.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Melhorar a capacidade de integração dos estrangeiros em situação de mendicidade;
- Diminuir o isolamento dos estrangeiros em situação de mendicidade face ao contexto socioinstitucional português;
- Melhorar a capacidade de identificação de indícios de TSH para a mendicidade;
- Melhorar a capacidade de comunicação dos profissionais da área social com estrangeiros em situação de mendicidade;
- Melhorar o conhecimento mútuo da cultura portuguesa e da cultura cigana de Leste entre os profissionais da área social e a população estrangeira em situação de mendicidade;
- Fomentar a integração dos estrangeiros em situação de mendicidade, nomeadamente de comunidades ciganas de Leste;
- Fomentar uma maior proximidade das instituições de ação social junto destas comunidades;

ATIVIDADES-TIPO

- Estudo sobre as características das comunidades ciganas de Leste em Portugal e levantamento das suas necessidades;
- Criação de equipas de rua para promoção da integração da população em situação mendicidade, em particular a população estrangeira:

  – Definição do perfil dos profissionais e/ou voluntários para constituição de uma equipa de rua com intervenção junto de pessoas em situação de mendicidade, com especial atenção para a população estrangeira;

  – Criação de um "manual de acolhimento" para profissionais e/ou voluntários de equipas de rua com intervenção junto de estrangeiros em situação de mendicidade (clarificação dos objetivos e limites da intervenção das equipas de rua; as funções e as competências dos voluntários/profissionais; código de ética neste tipo de intervenção, etc);

  – Identificação de potenciais profissionais e/ou voluntários de uma equipa de rua;

  – Estabelecimento de uma rede de parceria com entidades-chave na área da integração de pessoas em situação de pobreza e exclusão social, para promoção do conhecimento das respostas existentes por parte destas organizações, dos técnicos de contacto e do trabalho da equipa de rua;

  – Criação de um guia de recursos de apoio para o trabalho dos profissionais e/ou voluntários;

- Formação de potenciais profissionais e/ou voluntários das equipas de rua para intervenção de rua e sensibilização para as situações de TSH (mendicidade, pobreza e exclusão social; intervenção multicultural; as populações ciganas de leste: diferenças e proximidades culturais; o trabalho das equipas de rua; técnica de escuta empática; o fenómeno do TSH para mendicidade forçada; etc);

- Estabelecimento de contactos com potenciais entidades financiadoras (públicas ou privadas) para o financiamento de um projeto-piloto com equipas de rua;

- Formação em língua romena e cultura das comunidades ciganas de Leste para profissionais que trabalham na área da infância, do TSH ou intervenção junto de pessoas em situação de mendicidade:

  - Levantamento de necessidades formativas em língua romena e cultura das comunidades ciganas de Leste por parte destes profissionais;

  - Identificação de áreas geográficas prioritárias para o desenvolvimento da formação;

  - Organização do manual de formação em língua romena e cultura das comunidades ciganas de Leste nas áreas geográficas prioritárias e de acordo com o levantamento de necessidades formativas (nível A1 e A2);

- Formação em língua e cultura portuguesa para estrangeiros com inclusão de conteúdos sobre as instituições portuguesas (sistema nacional de saúde, etc) e o tema do TSH.

  - Criação de uma estratégia de divulgação junto da população estrangeira, com especial enfoque nos cidadãos estrangeiros em situação de mendicidade ou de vulnerabilidade social;

  - Auscultação dos grupos populacionais de etnia cigana de leste (no processo de diagnóstico) sobre características essenciais dessa formação para que esteja adaptada ao público;

  - Construção de um programa de formação flexível que possa ser adaptado as necessidades e interesses dos formandos;

  - Construção de um manual de formação em conjunto com os formandos ao longo do processo;

  - Promoção da ação de formação;

- Ações de informação e sensibilização junto de técnicos e dirigentes de instituições de solidariedade social sobre as comunidades ciganas de leste e as necessidades de intervenção nesta área, construídas com base nos resultados do estudo de diagnóstico;

- Organização de uma ação de formação de mediadores ciganos de comunidades de leste:
    - Levantamento de boas práticas na formação de mediadores ciganos;
    - Identificação do perfil do mediador;
    - Identificação de potenciais mediadores de comunidades de leste;
    - Organização de ação de formação.

DURAÇÃO DO PROJETO

36 meses

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- ONG com experiência na área da intervenção social, seja na promoção de equipas de rua ou na integração de pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- ONG com experiência na sinalização e integração de vítimas de TSH;
- ONG representativa das comunidades ciganas ou com intervenção junto das comunidades ciganas em Portugal;
- Centro de investigação;
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Alto Comissariado para as Migrações - ACM;
- Parceria internacional com organização com conhecimento sobre cultura cigana de Leste (ex: Fundatia Secretariatul Romilor);
- Instituto Cultural Romeno (Lisboa);
- Embaixada da Roménia e de outros países de origem da população em situação de mendicidade (Bulgária, Ucrânia, Moldávia, etc).

PRODUTOS

- Estudo sobre comunidades ciganas de Leste em Portugal;
- Guia de recursos para equipas de rua com trabalho junto da mendicidade, nomeadamente da população estrangeira;
- Manual de acolhimento das equipas de rua;
- Manuais de formação:
    - Profissionais e/ou voluntários de equipas de rua;
    - Língua romena e cultura das comunidades ciganas de Leste para profissionais que trabalham com estes grupos;
    - Manual de formação de língua e cultura portuguesa para estrangeiros

em situação de mendicidade ou forte vulnerabilidade social;
- Mediadores ciganos de comunidades de Leste;

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- A parceria de desenvolvimento pode combinar um modelo de parceria restrita, com responsabilidades claras na implementação das ações, e parcerias alargadas, onde o envolvimento dessas instituições possa trazer inputs importantes para o projeto e as ações desenvolvidas. Independentemente destas organizações estarem enquadradas em parcerias restritas ou alargadas, formais ou informais, é essencial garantir o envolvimento de uma boa rede de parceiros;
- A constituição de equipas de rua deve estar ancorada no levantamento de boas práticas de intervenção em equipas de rua que ajude a aperfeiçoar o modelo de trabalho desta equipa de rua;
- As equipas de rua centrarão o seu papel essencialmente no fomento da integração social das populações em situação de mendicidade. Apesar de serem atores privilegiados para identificar indícios de situações de tráfico de seres humanos, a sua função a este nível será apenas a de sinalizar estas situações junto das entidades competentes;
- A área geográfica de atuação destas equipas de rua deve ser concelhia;

REFORÇO DA CAPACIDADE DE SINALIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS, NOMEADAMENTE PARA EXPLORAÇÃO DA MENDICIDADE FORÇADA.

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

- Dificuldade na sinalização das vítimas de TSH para a mendicidade forçada. Em algumas entrevistas com *stakeholders* efetuadas no estudo: *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: Relatório nacional*, foi referida a dificuldade na recolha dos indícios de TSH tendo sido referida a complexidade do processo, quer por situações de consanguinidade, quer pela mobilidade destes grupos e por barreiras culturais. Por outro lado, a vinculação cultural e emocional das vítimas (menores de idade) com os seus exploradores também leva a uma menor cooperação destas potenciais vítimas;
- Dificuldade em obter a colaboração das vítimas de TSH para a mendicidade na denúncia das situações de exploração e tráfico que vivenciam. Esta dificuldade foi identificada por alguns *stakeholders* que participaram no referido estudo, nomeadamente quando se trata de vítimas crianças;
- As crianças vítimas de TSH são mais facilmente manipuláveis pelos seus exploradores e, por vezes, são criados laços afetivos com estes. Nesse sentido, há frequentemente um maior receio por parte destas vítimas, uma menor perceção da exploração de que é vítima e uma menor colaboração no processo de investigação;
- Existe um baixo número de sinalizações de TSH para a mendicidade forçada. Segundo os Relatórios Anuais Estatísticos do Observatório do Tráfico de Seres Humanos os anos de 2013 e 2014 destacam-se como sendo os anos com números mais elevados de sinalizações de exploração da mendicidade associada ao TSH. Em 2013 foram feitas 9 sinalizações e, em 2014, foram sinalizadas 7 presumíveis vítimas.
- Conhecimento insuficiente da sociedade e de alguns atores sociais sobre o fenómeno do TSH para a mendicidade. No estudo *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: Relatório nacional* vários *stakeholders* entrevistados referem o fraco conhecimento existente sobre o fenómeno do TSH para a mendicidade e a necessidade de desocultar este fenómeno, aumentando o conhecimento e a sensibilizando diferentes atores sociais e a sociedade em geral para esta realidade.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Melhorar a capacidade de sinalização de situações de TSH para mendicidade;
- Aumentar o número de denúncias e sinalizações de casos de TSH para a mendicidade;
- Envolver novos atores no apoio à sinalização de presumíveis vítimas;
- Aumentar a colaboração das presumíveis vítimas de TSH para a mendicidade, nomeadamente vítimas crianças;
- Aumentar a capacidade de atores chave com maior proximidade ao fenómeno da mendicidade para identificar indícios de TSH para a mendicidade e para proceder à sua denúncia.

ATIVIDADES-TIPO

- Organização de materiais de informação e de sensibilização direcionados para profissionais de saúde de serviços de urgência em parceria com entidades públicas com responsabilidade na área da saúde;
- Organização de ações de formação em TSH para profissionais de Hospitais e SASU, abordando a temática do TSH para a mendicidade em conjunto com entidades públicas com responsabilidade na área da saúde;
- Produção de materiais informativos adaptados aos diferentes públicos e diferentes tipos de canais de informação;
- Distribuição dos desdobráveis sobre TSH para a mendicidade forçada (em articulação com OTSH e CIG) junto de atores-chave e disseminação do manual "Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos";
- Articulação com a Associação Comercial para a divulgação de informações sobre TSH para a mendicidade nos seus canais de comunicação (revista, website, facebook);
- Articulação com Escola Profissional do Comércio para a divulgação de informações sobre TSH para a mendicidade nos seus canais de comunicação e organização de uma sessão de sensibilização junto dos seus formandos;
- Organização de sessões de sensibilização com agentes da PSP e de empresas privadas de segurança sobre TSH para a mendicidade;
- Produção de materiais informativos em romeno/português para distribuição junto de agências de viagens rodoviárias para Roménia e Moldávia para sensibilizar motoristas dos autocarros para a sinalização de situações suspeitas;
- Sessões de sensibilização/formação com grupos de voluntários e profissionais que apoiam a população sem-abrigo e a população em situação de mendicidade;

- Reunião com a Diocese e com párocos para sensibilizar para o fenómeno do TSH para a mendicidade;
- Disponibilização de cartazes nas igrejas informando sobre o TSH para a mendicidade e o que fazer caso sejam identificadas presumíveis situações de crime;
- Reforço da capacidade de sinalização de presumíveis vítimas crianças:
    - Desenvolvimento de ações de formação sobre TSH associado a vítimas crianças direcionadas para as Comissões de Crianças e Jovens em Risco;
    - Organização de material de informação e sensibilização direcionado para CPCJs;
    - Recolha de boas práticas de entrevistas com crianças vítimas de TSH;
    - Protocolo com Universidades e/ou serviços de pedopsicologia para a construção de uma ação de formação sobre técnicas de entrevistas junto de crianças vítimas de TSH e para promover um acompanhamento psicológico desde da fase inicial da sinalização das presumíveis vítimas;
    - Organização de ações de formação para OPCs e técnicos das equipas multidisciplinares em técnicas de entrevista a crianças vítimas de TSH;
    - Criação de um espaço de acolhimento *childfriendly* para um primeiro acolhimento de crianças presumíveis vítimas de TSH e para contacto com OPCs, pedopsicólogos, etc.
        - Definição das normas de funcionamento do espaço, dos serviços prestados através do espaço e dos recursos necessários;
        - Identificação de critérios para a seleção de instituições e espaços que possam assumir e serem adaptados a esta função;
        - Análise das instituições e espaços existentes que possam assumir ou adaptar-se a essa função (Analise SWOT);
        - Seleção da entidade/espaço mais adequado;
        - Identificação das necessidades de melhoria do espaço;
        - Estabelecimento de protocolo com a instituição selecionada;
        - Desenvolvimento das ações de melhoria necessárias;
        - Avaliação e monitorização do funcionamento desse espaço/serviço;

DURAÇÃO DO PROJETO

24 meses

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- ONG com conhecimento e experiência de intervenção na área do TSH
- ONG com conhecimento e experiência de intervenção na área da infância
- CIG - Comissão para Cidadania e Igualdade de Género
- CNCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco;
- CPR - Conselho Português para os Refugiados
- Entidade pública com responsabilidade na área da saúde (Representante da saúde no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao TSH, Direção Geral de Saúde; Centro Hospitalar, ARS, etc)
- OPCs (formal ou informal)

PRODUTOS

- Materiais de divulgação;
- Manual de boas práticas de entrevistas com crianças presumíveis vítimas de TSH;
- Manual de formação sobre entrevistas com crianças presumíveis vítimas de TSH;
- Espaço de acolhimento *childfriendly*;

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Necessidade de um forte envolvimento dos parceiros na construção dos produtos do projeto (ações de formação, espaço de acolhimento, materiais de divulgação e informação);
- A delimitação geográfica do projeto influenciará quer a sua duração, como a parceria e o número de ações a desenvolver;
- A construção dos materiais de divulgação deve ser feita em articulação com o OTSH e com os parceiros formais ou informais de forma a conseguir uma maior eficácia na disponibilização da informação junto dos diferentes públicos.

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS SINALIZADAS COMO VÍTIMAS DE TSH

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

- Ausência de respostas de acolhimento e de integração orientadas para crianças vítimas de TSH. Neste momento, os Centros de Acolhimento e Proteção de vítimas de TSH (CAP) existentes em Portugal estão orientados especificamente para as mulheres e para os homens (adultos) vítimas de TSH. As crianças que são acolhidas nestas respostas são filhos/as menores destas vítimas. Como tal, o acolhimento de crianças sinalizadas é feito ou, em situação de emergência, num CAP por um curto período de tempo ou estas crianças são acolhidas imediatamente num Lar de Infância e Juventude (LIJ). Estes LIJ estão vocacionados para acolher crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e risco, mas muitas vezes nunca tiveram anteriormente contacto com situações de TSH;
- Existência de situações de fuga dos LIJ por parte de crianças sinalizadas como vítimas de TSH. Foi referido por stakeholders entrevistados no estudo *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: Relatório nacional*, a situação de fugas dos LIJ por parte de vítimas sinalizadas de TSH e a dificuldade destas estruturas em ter um acompanhamento de grande proximidade que permita evitar estas situações.
- Resposta de acolhimento (LIJ) pouco adaptada às características e às necessidades das vítimas de TSH. Foram referidas em algumas entrevistas com *stakeholders* a existência de necessidades específicas no acompanhamento e acolhimento de vítimas de TSH, nomeadamente: necessidade de um forte acompanhamento de proximidade nas primeiras horas/dias do processo de acolhimento; os traumas psicológicos e emocionais causados pela situação de tráfico e as suas consequências na vida das vítimas e nas suas interações; as diferenças culturais e linguísticas; entre outros.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Conhecer e analisar os processos de acolhimento e de integração de crianças sinalizadas como vítimas de TSH em Portugal;
- Conhecer boas práticas (nacionais e/ou internacionais) de acolhimento e de integração de crianças vítimas de TSH;

- Identificar propostas de ação para melhorar a capacidade de acolhimento e integração das crianças vítimas de TSH;
- Promover um melhor conhecimento sobre o TSH de menores por parte dos profissionais dos LIJ;
- Promover uma melhor adaptação dos LIJ às necessidades das vítimas menores de TSH;
- Promover o *empowerment* das crianças vítimas de TSH em Portugal;

ATIVIDADES-TIPO

- Desenvolvimento de um estudo sobre acolhimento e integração de crianças sinalizadas como vítimas de TSH:
    - Revisão bibliográfica sobre o tema;
    - Levantamento e análise das práticas de acolhimento e de integração de crianças vítimas de TSH a nível internacional e nacional;
    - Entrevistas a stakeholders para conhecimento dos processos de acolhimento e de integração de crianças sinalizadas como vítimas de TSH existente em Portugal;
    - Identificação de uma amostra de LIJ e o centro de acolhimento de menores não acompanhados a serem envolvidas na investigação;
    - Entrevistas com os responsáveis pelos LIJ e o centro de acolhimento;
    - Focus group com profissionais dessas respostas, nomeadamente psicólogos e assistentes sociais;
    - Análise de dados;
    - Workshop para apresentação sumária dos resultados e discussão de propostas de ação com stakeholders desta área (infância e TSH);
    - Redação do relatório;
- Criação de um guia de acolhimento e de intervenção com crianças vítimas de TSH;
    - Criação de um grupo de peritos na área da infância e do TSH para apoiar na criação do guia;
    - Auscultação de jovens dos LIJ sobre as respostas de acolhimento disponibilizados em Portugal;
    - Organização de workshops para validação do guia junto de diferentes grupos-alvo, nomeadamente: grupo de peritos; diretores e profissionais dos LIJ; outras entidades de apoio a infância ou de intervenção na área do TSH;
- Seminários de divulgação do estudo e do guia;

- Ações de divulgação do guia de acolhimento e de intervenção com crianças vítimas de TSH;
- Formação de diretores e técnicos de LIJ sobre TSH e sobre o acolhimento de crianças vítimas de TSH;
- Criação de uma pequena brochura direcionada para crianças (com linguagem e formato apelativo) com informação sobre os seus direitos em Portugal (enquanto vítimas de TSH e enquanto crianças). Esta brochura deve ser disponibilizada nas línguas dos principais países de origem das vítimas (crianças) que Portugal tem recebido, incluindo a língua portuguesa;

DURAÇÃO DO PROJETO

36 meses

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- ONG com intervenção na área do TSH e/ou na área da infância;
- Centro de investigação;
- ISS - Instituto de Segurança Social, IP. (ou instituição com responsabilidade na área do acolhimento de crianças e jovens de forma a facilitar o processo de recolha de dados junto das respostas de acolhimento);
- Conselho Português para os Refugiados;
- CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco;
- CIG - Comissão para Cidadania e Igualdade de Género;

PRODUTOS

- Estudo sobre acolhimento e integração de crianças sinalizadas como vítimas de TSH;
- Guia de acolhimento e de intervenção com crianças vítimas de TSH;
- Brochura direcionada para crianças com informação sobre os seus direitos em Portugal;

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- No processo de investigação, a participação dos LIJ poderá ser difícil. Nesse sentido será importante o estabelecimento de parcerias (formais ou informais) com organizações que facilitem a interlocução e mediação com estas respostas (ex: ISS, Caritas, Santas Casas da Misericórdia, etc).
- Este projeto pode beneficiar de uma parceria transnacional através do qual seja possível aprofundar o conhecimento do processo de acolhimento de crianças vítimas de TSH em outros países da União Europeia.

FICHA DE PROJETO

PROJETO-PILOTO DE APOIO A INTEGRAÇÃO DE VÍTIMAS DE TSH CIDADÃS DE ESTADOS MEMBROS DA UE NO PAÍS DE ORIGEM

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

- Ausência de um programa formal de apoio ao retorno ao país de origem por parte das vítimas de TSH provenientes de países pertencentes a UE, uma vez que o programa Retorno Assistido e Reintegração destina-se apenas a nacionais de países terceiros;
- Situações de revitimação de vítimas de TSH quando retornam ao país de origem. Se os dados sobre as vítimas de tráfico de seres humanos têm dificuldade em aproximar-se da realidade, no caso da revitimação, os dados são ainda mais escassos e poderão estar ainda mais distantes da realidade. Rebecca Surtees, no *Second Annual Report on Victims of Trafficking in South-Eastern Europe, 2005*, afirma que este tipo de revitimação é frequente e estima taxas que variam entre os 3% e os 34% em 2003 e 2004. Esta investigadora defende que esta revitimação permite medir o sucesso ou insucesso dos programas de reintegração dos países de origem, assim como é um indicador do perigo associado à presença contínua dos traficantes nas comunidades de origem das vítimas.

OBJETIVOS DO PROJETO

- Criar as condições necessárias para um retorno voluntário de vítimas de TSH de países da União Europeia que promova a reintegração destas vítimas;
- Criar um fundo especial para a assistência ao retorno voluntário de vítimas comunitárias (em consonância com a recomendação constante do Relatório sobre 2014 do OTSH);

ATIVIDADES-TIPO

- Estabelecimento de protocolo de cooperação com a International Social Service para apoiar na análise das condições de receção e integração das vítimas no país de origem;
- Criação de um fundo para apoiar o retorno voluntário de vítimas de TSH nacionais de Estados Membros da EU que permita cobrir os custos com deslocação e integração destas vítimas;

- Identificação e seleção vítimas de TSH que pretendam retornar ao país de origem e que apresentem risco de revitimação (projeto-piloto);
- Construção do processo de retorno, com a definição das principais etapas (preparação do processo de retorno em Portugal, receção, acolhimento e integração no país de origem), procedimentos essenciais e definição de responsabilidades;
- Construção de percurso individual de reintegração no país de origem, com a participação e o envolvimento das próprias vítimas:
    - Análise das expectativas das vítimas sobre o seu processo de inclusão no país de origem (expectativas de acolhimento junto da família; expectativas de integração no mercado de trabalho; risco de revitimação; acompanhamento psicológico; etc);
    - Análise das condições de acolhimento familiar e institucional das vítimas na sua área de residência anterior ao processo de tráfico (condições familiares, respostas institucionais; oportunidades de emprego e formação; oportunidades para criação do próprio emprego; acompanhamento psicológico; etc)
    - Identificação dos riscos de revitimação na zona de residência anterior ao processo de tráfico;
    - Identificação das possibilidades de acolhimento alternativos nas situações de risco de revitimação no local de residência (identificação das respostas existentes em locais alternativos; identificação da possibilidade de acolhimento em CAP; oportunidades de emprego e/ou formação; oportunidades para criação do próprio emprego; etc);
    - Negociação com as vítimas do percurso de inclusão;
- Implementação do processo de retorno e do percurso individual de reintegração;
- Criação de um processo de avaliação e monitorização do processo de retorno e da reintegração das vítimas no país de origem.

DURAÇÃO DO PROJETO

36 meses

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- CIG - Comissão para Cidadania e Igualdade de Género;
- ONG nacional de apoio a vítimas de TSH;
- OIM - Organização Internacional para as Migrações (Portugal e dos Estados Membros de origem das vítimas de TSH em Portugal);
- Embaixadas dos principais países (Estados Membro da EU) de origem das vítimas de TSH em Portugal;

- ONG dos países (Estados Membro da EU) de origem das vítimas com respostas na área do TSH (ex: Generatie Tanara Romania e Reaching Out têm casas abrigo para vítimas de TSH);
- Organizações governamentais com responsabilidade no combate ao TSH dos países de origem das vítimas) (ex: National Agency against Trafficking in Persons (Romenia));
- International Social Service

PRODUTOS

- Fundo para apoiar o retorno voluntário de vítimas de TSH nacionais de Estados Membros da UE
- Modelo de construção do percurso individual de integração de vítimas de TSH no país de origem

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Enquanto projeto-piloto poderá ser selecionado um número limitado de vítimas de TSH com cidadania de Estados-Membro da UE. Pode-se igualmente privilegiar uma ou duas nacionalidades específicas (com maior número de vítimas) de forma a consolidar o processo e as parcerias numa área geográfica restrita.

APOIO A INTEGRAÇÃO DE VÍTIMAS DE TSH EM PORTUGAL

CARACTERIZAÇÃO DAS NECESSIDADES

- Dificuldade na integração das vítimas de TSH. Um estudo de 2012, *A Proteção dos Direitos Humanos e as Vítimas de Tráfico de Pessoas - Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de Atividade em Portugal*, com coordenação científica de Miguel Santos Neves, refere que a reintegração é uma das vertentes mais complexas e exigentes do processo de proteção à vítima e que assume uma natureza maioritariamente marginal. Segundo esta investigação existe uma deficiência do sistema de apoio a vítimas de tráfico. Segundo os dados apresentados, em Portugal, 53% das vítimas inquiridas não beneficiam de qualquer apoio e 47% afirmam que o apoio recebido não era especializado. Segundo este estudo, em Portugal, verifica-se um "Predomínio do apoio de curto prazo, de emergência, não existindo mecanismos de longo prazo orientados para a promoção da reintegração social da vítima" (Neves, 2012:101). Dos 54 casos analisados neste estudo, apenas em nove casos existiu um apoio à vítima multidimensional completo, envolvendo uma combinação social, jurídico e psicológico/psíquico. É igualmente referido que nas situações em que houve apoio psicológico e social este não foi especializado e adaptado às necessidades específicas deste tipo de vítimas e que não houve nenhum caso de verdadeira reintegração das vítimas, nomeadamente através da inserção no mercado de trabalho.

- Este estudo reforça que o tráfico de seres humanos promove a exclusão social das vítimas através de três mecanismos:

  "(i) Perda de autoestima da vítima, resultante do abuso físico e psicológico a que é sujeita e da sua objetificação;

  (ii) Longos períodos de isolamento social durante a fase de exploração, como estratégia dos traficantes para garantir o controlo sobre a vítima e reduzir o risco de deteção.

  (iii) Desaprendizagem de competências sociais, em especial nos casos de longos períodos de exploração;" (Neves, 2012:107).

- Por fim, os autores do estudo defendem a necessidade da proteção à vítima de TSH respeitar sete princípios: não estigmatização; não revitimização; autonomia; abordagem holística; promoção ativa da reintegração social; reaprendizagem; participação comunitária; transparência do estatuto legal da vítima;

OBJETIVOS DO PROJETO

- Promover uma melhor capacidade de adaptação e integração das vítimas de TSH em Portugal;
- Promover um maior conhecimento da língua e cultura portuguesa assim como das principais estruturas institucionais do país;

ATIVIDADES-TIPO

- Auscultação das vítimas sobre as suas necessidades, seus interesses e suas expectativas, e negociação de um percurso individual de integração;
- Formação em língua e cultura portuguesa. Utilização das aulas sobre língua portuguesa para dar a conhecer o país, a sua cultura, alguns acontecimentos históricos marcantes, a organização político-institucional do país, as principais organizações com respostas públicas e privadas aos quais estas vítimas poderão recorrer, os seus direitos (nos seus diferentes estatutos – vítima, cidadão estrangeiro, etc);
- Conhecer a cidade – Visitas à cidade onde estas vítimas estão a ser integradas através de roteiros de carácter cultural e histórico, assim como roteiros das instituições públicas e privadas de interesse para a integração social das vítimas de TSH;
- Desenvolvimento de sessões de arte terapia com vítimas de TSH que demonstrem interesse nesta área;
- Organização de sessões de coaching (*life coaching e coaching* para a empregabilidade);
- Promoção do voluntariado junto de vítimas de TSH em organizações e/ou respostas específicas consoante os interesses demonstrados por estas pessoas;
- Desenvolvimento ou inclusão das vítimas de TSH em ações de formação profissionais ou escolar;
- Contactos com entidades empregadoras para o desenvolvimento de estágios profissionais e para apresentação das medidas públicas de incentivo a contratação, tendo em vista a inclusão laboral de vítimas de TSH (garantindo a confidencialidade sobre a situação de vítima de TSH no contacto com essas entidades);

DURAÇÃO DO PROJETO

24 meses

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

- ONG com intervenção junto de vítimas de TSH;
- Organização com experiência na arte terapia;
- IEFP - Instituto do Emprego e da Formação Profissional;
- Associação empresarial

PRODUTOS

- Base de dados de potenciais entidades empregadoras
- Base de dados de entidades que recebem voluntários
- Manual de coaching, com identificação de instrumentos e exercícios de coaching para trabalhar com vítimas de TSH

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Ao nível da arte terapia, será importante analisar com as vítimas de TSH as vantagens e desvantagens em organizar sessões específicas para ela/es ou o envolvimento destas vítimas em grupos heterogéneos, garantindo a confidencialidade da sua situação enquanto vítimas de TSH.
- Deve ser garantida sempre a confidencialidade sobre a situação de vítimas de TSH neste processo de inclusão junto de potenciais entidades empregadoras, na inserção em grupos de formação profissional, etc.

2015

THE THIRD SECTOR
AGAINST PUSHED BEGGING

EAPN PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

parceiros

COORDINAMENTO NAZIONALE
COMUNITÀ DI ACCOGLIENZA

ASOCIATIA ROMANA ANTI-SIDA

NOBODY'S CHILDREN FOUNDATION

Anti-Poverty
Information Center
EAPN Bulgaria

TAMPEP
TORINO - ITALY

co-financiamento

Comissão
Europeia

makeup design® duguito pires

Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada

2015